



INTERNET E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL





CONSELHO EDITORIAL
DA COLEÇÃO CIBERCULTURA

Adriana Amaral
André Lemos
Alex Primo
Clóvis Barros Filho
Denize Araújo
Erick Felinto
Francisco Menezes
Juremir Machado da Silva
Luis Gomes
Paula Sibia
Raquel Recuero
Simone Pereira de Sá
Vinicius Andrade Pereira



**CIBER
CULTURA**

INTERNET E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

**Rousiley Celi Moreira Maia
Wilson Gomes
Francisco Paulo Jamil Almeida Marques**



Editora Sulina



@ Editora Meridional/Sulina, 2011

Capa: Vinícius Xavier
Projeto Gráfico: SOLO EDITORAÇÃO/Niura Fernanda
Editoração: Niura Fernanda
Revisão técnica: Ricardo Bibiano Dias
Revisão gráfica: Miriam Gress
Revisão: Melissa Mello

Editor: Luis Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Responsável: Denise Mari de Andrade Souza – CRB 10/960

I61

Internet e participação política no Brasil / orgs. Rousiley Celi Moreira
Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. – Porto
Alegre: Sulina, 2011.
296 p. – (Coleção Ciberultura)

ISBN: 978-85-205-0613-4

1. Comunicação Digital – Política. 2. Internet – Comunicação
Política. 3. Redes Sociais – Política. 4. Tecnologia da Informação. I. Gomes,
Wilson. II. Marques, Francisco Paulo Jamil Almeida.

CDU: 659.3
CDD: 301.153.2
323.5

A grafia desta obra está atualizada segundo o Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Av. Osvaldo Aranha, 440 – conj. 101
CEP: 90035-190 – Porto Alegre – RS
Tel.: (51) 3311.4082 Fax: (51) 3264.4194
sulina@editorasulina.com.br
www.editorasulina.com.br

Junho / 2011



Sumário

Introdução	11
------------------	----

Rousiley Celi Moreira Maia

Wilson Gomes

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

PARTE 1

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INTERNET:

Conceitos fundamentais

CAPÍTULO 1

Participação política <i>online</i> : questões e hipóteses de trabalho	19
---	----

Wilson Gomes

1 Introdução	19
2 Participação para quê?	22
3 Para que Participação <i>Online</i> ?	27
3.1 A democracia digital	27
3.2 Das razões da participação em iniciativas de democracia digital	30
4 A Participação Política <i>Online</i> e a Premissa Concorrencial ...	32
4.1 Lutas concorrenciais pela decisão política	32
4.2 Participação <i>online</i> e o aumento da capacidade concorrencial civil	35

CAPÍTULO 2

Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política	47
---	----

Rousiley Celi Moreira Maia

1 Da Esfera Civil	49
1.1 A complexa demarcação de fronteiras	49



1.2	A “boa” e a “má” sociedade civil	53
1.3	A Lógica Tocquevilleana de autenticidade: o risco de advogar o antiestatismo em nome do localismo e da comunidade	56
1.4	Tensões entre os indivíduos e as coletividades para processar questões de interesse comum	60
1.5	Participação civil e institucionalização	65
2	Da comunicação digital pelos atores da esfera civil	67
2.1	Nova infraestrutura e novos recursos comunicativos: novas práticas democráticas?	67
2.2	As possibilidades comunicativas oferecidas pela internet e controvérsias em torno da geração ou da diminuição do capital social	69
2.3	Participação política de atores coletivos e ativismo <i>online</i>	73
3	Considerações Finais	77

PARTE 2

SISTEMA POLÍTICO, PARTICIPAÇÃO E INTERNET

CAPÍTULO 3

	Participação, instituições políticas e internet: Um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil	95
	<i>Francisco Paulo Jamil Almeida Marques</i>	

1	Introdução	95
2	O Portal da Presidência e os Canais de Participação Política	98
2.1	E-mails e formulários	101
2.2	Consultas públicas	103
3	O Portal da Câmara e os Canais de Participação Política	104
3.1	E-mails e formulários	104



3.2	Comentários a notícias publicadas no site da Agência Câmara	106
3.3	Enquetes	106
3.4	Salas de bate-papo	107
3.5	Fóruns públicos	107
4	Uma Avaliação do Perfil Participativo dos Canais Diagnosticados	108
5	Considerações Finais	115

CAPÍTULO 4

	Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado	123
	<i>Sivaldo Pereira da Silva</i>	

1	Introdução	123
2	Primeiro requisito democrático: publicidade	126
3	Segundo requisito democrático: responsividade	128
4	Terceiro requisito democrático: porosidade	131
5	Três requisitos <i>versus</i> cinco níveis qualitativos	134
6	Considerações Finais	139

CAPÍTULO 5

	Iniciativas institucionais de deliberação <i>online</i> : Um estudo do fórum de discussão do portal da Câmara dos Deputados	147
	<i>Edna Miola</i>	

1	Introdução	147
1.1	Fóruns da Câmara dos Deputados e o Fórum da CLP	148
2	Deliberação Pública através dos Fóruns de Discussão <i>Online</i>	150
3	Desenho Institucional do Fórum da Comissão de Legislação Participativa	152
3.1	Quanto ao fornecimento de informações	153



3.2	Quanto às motivações para a participação	154
3.3	Quanto ao canal de participação	156
4	Requisitos Deliberativos Aplicados ao Fórum	157
4.1	Engajamento dos participantes	158
4.2	Fluxo de envio de mensagens e duração do fórum	159
4.3	Pertinência das mensagens	161
4.4	Tom das mensagens	161
4.5	Diálogo	163
4.6	Reciprocidade	164
4.7	Argumentação	166
5	Discutindo as particularidades do fórum de discussão da CLP	168
6	Considerações Finais	170

CAPÍTULO 6

Internet, Eleições e Participação: Questões-chave acerca da participação
e do ativismo nos estudos em campanhas *Online*

Camilo de Oliveira Aggio

1	A delimitação das perspectivas e as questões centrais envolvendo a participação nas campanhas <i>online</i>	175
2	Interatividade: a possibilidade de aproximação e discussão entre eleitores e candidatos	179
3	Ativismo: mobilizações <i>online</i> ou presenciais a partir de <i>websites</i> de campanha	186
4	Considerações Finais	190

PARTE 3

ESFERA CIVIL, PARTICIPAÇÃO E INTERNET

CAPÍTULO 7

Quão deliberativas são discussões na rede?

Um modelo de apreensão da deliberação *online*

Rafael Cardoso Sampaio

1	Introdução	197
---	------------------	-----



2	Um modelo de deliberação <i>online</i>	200
2.1	Análise estrutural do Fórum	201
2.2	Análise das falas	205
3	Orçamento Participativo Digital	216
4	Resultados	218
5	Considerações Finais	223

CAPÍTULO 8

Lutas por reconhecimento dos surdos e conversação política no *Orkut*: Quando temas sensíveis definem

a trajetória das discussões 231

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz

1	A luta dos surdos por reconhecimento	234
2	As conversações políticas na internet	237
3	Conversas controversas no <i>Orkut</i>	240
3.1	Intercâmbio de narrativas: construção de coletividades	241
3.2	Explicitação das premissas de fundo e aprendizado coletivo	244
3.3	Acirramento dos debates	247
4	Considerações Finais	250

CAPÍTULO 9

Internet e movimento ambientalista: Estratégias do Greenpeace

para a Sustentação de Debates na Esfera Pública 257

Diógenes Lycarião

1	Introdução	257
2	Internet e atores cívicos no contexto do sistema informativo ampliado	260
3	A ocupação do barco Galina 3 como estudo de caso	264
3.1	Procedimentos de seleção do caso e do corpus de pesquisa	265
3.2	Parâmetros metodológicos	267



4	A espetacularização e a produção de visibilidade pública política	270
5	As condições para um segundo ato de leitura a partir do evento de mídia	272
6	Comparação entre os âmbitos	276
6.1	Fase 1: Ampliação da rede de sentido	276
6.2	Fase 2: O nível de justificação	281
7	Discussão	285
8	Considerações Finais	286
	Sobre os autores	293





Introdução

Rousiley Celi Moreira Maia

Wilson Gomes

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

Este livro tem a intenção de contribuir para o preenchimento de uma lacuna nos estudos em Comunicação e Democracia no Brasil. Nas duas últimas décadas, após a redemocratização do País, realizou-se uma série de investigações em torno da influência da comunicação de massa sobre as práticas políticas. Dentre os temas mais proeminentes, é possível apontar as funções políticas do jornalismo; o papel do marketing político-eleitoral; o perfil do desempenho dos candidatos no Horário Eleitoral Gratuito; a pressão das sondagens de opinião pública sobre os representantes; os modos de formação e de difusão de imagens públicas; e, naturalmente, explorou-se o potencial dos *media* para fomentar debates em torno de questões de interesse coletivo.

Contudo, ainda são poucas as produções brasileiras que abordam, de modo sistemático, os impactos que as diferentes inovações introduzidas pela internet provocam sobre tais fenômenos. O advento da comunicação digital vem suscitando intensos debates entre pesquisadores do País e do exterior, percebendo-se um cuidado especial no tratamento do tema e de suas interfaces por parte dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação no País, particularmente os de Comunicação e os de Ciências Políticas.

Examinar as atribuições participativas que Estado e sociedade conferem à Internet é a proposta fundamental da obra em questão. O livro apresenta textos conceituais e empíricos que levam em conta os princípios, as categorias os fenômenos típicos da Política e da Comunicação contemporâneas. Os nove capítulos têm a preocupação de explorar a relação entre Internet e Participação através de diferentes dimensões: os textos conceituais aliam-se aos estudos



empíricos, que buscam aplicar teorias e modelos e apresentar novas possibilidades de análise. Os usos políticos dos *new media* voltados para fortalecer a participação dos cidadãos são tomados tanto em suas manifestações institucionais-estatais quanto naquelas oriundas da sociedade civil.

O livro congrega, em uma única publicação, os trabalhos que vêm sendo produzidos, nos últimos anos, pelos integrantes de dois grupos de pesquisa brasileiros empenhados em investigar fenômenos concernentes à democracia, à comunicação e à participação política: (1) o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG), coordenado pela Dra. Rousiley Celi Moreira Maia (Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais); e (2) o Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Democracia (UFBA), coordenado pelo Dr. Wilson Gomes (Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia). Estas duas equipes mantêm estreita cooperação desde 2005, oficialmente apoiada pela CAPES através de Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD).

A obra foi dividida em três partes. A Parte I, denominada “Participação Política e Internet: Conceitos Fundamentais” lida com os limites e as potencialidades do aperfeiçoamento das práticas democráticas através da Internet e conta com dois textos. O capítulo que abre o livro, intitulado “Participação política *online*: Questões e hipóteses de trabalho”, escrito por Wilson Gomes, considera que, embora os modelos de democracia direta tenham se revelado insustentáveis em face do padrão dominante do governo representativo, a participação política da esfera civil continua ocupando um lugar central na arena da teoria da democracia. Quando se inclui no horizonte da discussão, como dimensão complementar ou até substitutiva, a chamada democracia digital, ainda assim o tema da participação política, agora *online* ou digital, se reapresenta com força total. O capítulo expõe e discute o estado da literatura sobre participação política via tecnologias digitais, além de examinar teoricamente os limites e o alcance desta questão na dimensão da democracia digital.



O Capítulo 2, denominado “Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política”, de autoria de Rousiley Celi Moreira Maia, está dividido em duas partes. Na primeira delas, a autora explora, a partir do debate contemporâneo sobre a participação política na esfera civil, os seguintes problemas: a elasticidade do conceito de sociedade civil e as dificuldades para delimitação das fronteiras desta esfera na condição contemporânea; os equívocos em se fazer apologia dos atores da sociedade civil como veículos para a promoção da cidadania democrática; o risco de advogar o antiestatismo em nome do localismo e da comunidade; as tensões entre a afirmação de interesses individuais e a solidariedade coletiva; e alguns dilemas de institucionalização, a fim de sustentar uma participação política mais ampla e mais eficaz. A partir deste quadro mais geral, discutem-se, na segunda parte: a) as possibilidades comunicativas oferecidas pela internet e suas relações com o capital social; b) o modo pelo qual a internet interfere nas dinâmicas organizacionais das associações e nas redes de ativismo global; c) os múltiplos efeitos do associativismo com potencial democrático.

A Parte II do livro se chama “Sistema Político, Participação e Internet” e conta com quatro textos. O capítulo de Francisco Paulo Jamil, “Participação, Instituições Políticas e Internet: Um Exame dos Canais de Participação Presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil”, investiga como duas instituições do Estado brasileiro – a Presidência da República e a Câmara dos Deputados – oferecem, através da Internet, canais voltados à promoção da participação política dos cidadãos. O texto dedica cuidado especial ao inventário e à descrição dos mecanismos participativos encontrados nestas duas experiências, bem como reflete acerca de seus possíveis efeitos sobre o processo de produção da decisão política. Descobriu-se, dentre outros pontos, que a natureza da interação política que a esfera civil mantém com as duas instituições mencionadas tende a ser diferenciada. Reforça-se, ao final, a necessidade de se pensar os *media* digitais em interface com o contexto cultural e político de cada sociedade democrática.



A discussão acerca das instituições do Estado e das formas de uso dos recursos digitais se mantém no Capítulo 4, cujo título é “Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado”. No texto, Sivaldo Pereira da Silva argumenta em torno da necessidade de se propor um arranjo teórico que considere o horizonte participativo dentro de um sistema integral de exigências democráticas a serem cumpridas pela interface digital dos portais governamentais na internet. A intenção do autor se concentra, assim, em pensar quais requisitos a interface digital do Estado precisa cumprir, levando-se em conta demandas participacionistas e deliberacionistas. O texto trabalha, basicamente, com três requisitos democráticos fundamentais, a saber: (1) publicidade, que torna o Estado mais visível ao cidadão; (2) a responsividade; e (3) a porosidade, que demanda uma maior abertura do Estado e de suas instituições à opinião pública.

No quinto Capítulo, “Iniciativas institucionais de deliberação *online*: Um estudo do fórum de discussão do Portal da Câmara dos Deputados”, Edna Miola apresenta os resultados de uma investigação que, a partir da ideia de deliberação pública, avalia se e como os recursos digitais de comunicação podem fomentar a existência de situações discursivas. O ambiente empírico investigado consiste no fórum promovido pela Comissão de Legislação Participativa (CLP), hospedado no Portal da Câmara dos Deputados. Dentre as principais conclusões, está a constatação de que, embora os indicadores de diálogo, reciprocidade e argumentação tenham sido relevantes, os participantes se reportaram prioritariamente ao agente político oficial, em lugar de estabelecer uma conversação com os demais usuários. Além disso, a pesquisa indica que a deliberação que pode acontecer nos fóruns *online* é afetada sobremaneira pelo desenho das ferramentas de discussão oferecidas.

Camilo Aggio, por sua vez, no Capítulo intitulado “Internet, Eleições e Participação: Questões-chave acerca da participação e do ativismo nos estudos em Campanhas *Online*”, explora as distintas dimensões que caracterizam o estudo da participação política nas pesquisas dedicadas às campanhas *online*. O texto ressalta que a



literatura corrente indica duas questões centrais acerca da participação eleitoral na Era dos *new media*: (a) o ativismo em prol de uma candidatura e (b) a interatividade como ferramenta para a promoção da comunicação entre cidadãos e desses com candidatos, para finalidades diversas (esclarecimentos, organização de atividades ou construção colaborativa de aspectos das campanhas). O autor conclui que a noção de participação pode ser fundamental não apenas para atribuir um diferencial às campanhas *online*, mas, também, para orientar os modos de construção de campanhas eleitorais com maior imersão dos cidadãos eleitores simpáticos a uma candidatura ou apenas interessados em participar nos processos políticos democráticos.

A Parte III, denominada “Esfera Civil, Participação e Internet”, traz os últimos três capítulos do livro. A interface entre internet e democracia deliberativa volta a ser discutida no Capítulo 7, “Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação *online*”, escrito por Rafael Cardoso Sampaio. No texto, o autor se propõe a avaliar o processo de participação política através da internet em uma instituição com desenho “híbrido” – o qual garante oportunidades aos cidadãos de produzirem decisões junto à classe política. Na primeira parte, é explorado o modelo de análise proposto por Archon Fung, composto por três âmbitos: a) Quem participa? b) Como participa? c) Qual influência a participação exerce sobre o sistema político? Na segunda seção do capítulo, busca-se aplicar o modelo acima proposto ao Orçamento Participativo Digital (OPD) criado pela prefeitura de Belo Horizonte em 2006. Concluiu-se que a participação civil no caso em tela foi essencialmente plebiscitária, havendo pouco incentivo da Prefeitura a outras formas de interação com a esfera civil.

No Capítulo 8, intitulado “Lutas por reconhecimento dos surdos e conversação política no *Orkut*: Quando temas sensíveis definem a trajetória das discussões, Regiane Lucas de Oliveira Garcêz investiga o percurso das conversações políticas na internet, destacando o exame daquelas interações voltadas para reforçar as lutas por reconhecimento de minorias identitárias. A partir da análise de



um fórum de discussão do *Orkut*, a autora aponta que temas sensíveis como questões de identidade ou definições de bem viver de um grupo, quando trazidas a escrutínio público, podem proporcionar benefícios ou prejuízos para quem luta por reconhecimento. Concluiu-se que as conversações políticas podem: a) revelar premissas outrora desconhecidas e gerar o aprendizado coletivo sobre os distintos modos de vida daqueles que buscam o reconhecimento; b) convocar perspectivas de vida semelhantes, cujos argumentos podem se complementar e c) abrir espaço para o dissenso e o desrespeito daqueles que não concordam ou não toleram diferentes perspectivas.

O livro é encerrado com o capítulo de Diógenes Lycarião, denominado “Internet e movimento ambientalista: Estratégias do Greenpeace para a Sustentação de Debates na Esfera Pública”. O texto dedica-se a analisar a interface existente entre a internet e esfera pública, tomando como mote a existência de um vínculo estrutural entre os eventos de mídia protagonizados pelo Greenpeace-Brasil (que alcançaram ampla cobertura pelos principais *media* de massa do país) e o site desta organização na web. A intenção do autor é verificar se o âmbito comunicativo digital do Greenpeace apresenta as condições discursivas necessárias para servir como fonte de reflexão e apreciação dos insumos lançados pelos *media* de massa à esfera de visibilidade pública.

Conforme poderá ser verificado a partir da leitura atenta dos capítulos, a tarefa analítica dos textos ora oferecidos compreende a fase mais recente de investigações sobre Internet e democracia. Após a literatura especializada no tema ter passado por um primeiro momento ou de euforia ou de ceticismo quanto aos potenciais democráticos dos *media* digitais, uma segunda fase afasta-se do campo especulativo e procura lidar com os fenômenos através de exames empíricos pormenorizados e com maior grau de profundidade.